

Para cumprir decisão judicial que manda atender mulher com câncer, Secretaria de Saúde a encaminha a cidade goiana. Aparelho de radioterapia do HBDF está quebrado

Paciente transferida para Anápolis

ANA HELENA PAIXÃO

DA EQUIPE DO CORREIO

Acidade goiana de Anápolis fica a 150 quilômetros do Plano Piloto. É esta a distância que a ex-diariista Brasilina Francilina Barbosa, 53 anos, precisa vencer para combater o câncer de colo de útero diagnosticado em fevereiro. Nem mesmo uma liminar judicial em seu favor garantiu que a mulher fosse atendida no Distrito Federal. Com o câncer se agravando, ela aguarda desde sexta-feira o cumprimento da decisão.

No último dia 3, o desembargador Getúlio Pinheiro, do Tribunal de Justiça do DF, determinou que a Secretaria de Saúde atendesse Brasilina em 24 horas. O tratamento poderia ser feito no Hospital de Base (HBDF), em qualquer hospital público ou na rede particular, com as despesas pagas pelo governo local. A opção da rede pública, no entanto, foi descartada porque o único aparelho de radioterapia disponível, do HBDF, está quebrado há mais de um ano. Atualmente 320 pessoas aguardam na rede pública pelo tratamento.

O Hospital Santa Lúcia também tem o equipamento e está disposto a atender pacientes da rede pública, desde que o GDF arque com as despesas. O governo, porém, preferiu encaminhar Brasilina para Anápolis (GO). "Eles me ligaram às 11h de ontem (segunda-feira), dizendo que eu tinha que sair daqui (Lago Oeste), pegar a passagem no Hospital de Base, ir à rodoviária e chegar a tempo da consulta às 13h em

66
**A JUSTIÇA ESTÁ
SENDO SENSÍVEL E
VAMOS CUMPRIR
SUA DECISÃO. MAS
NÃO PODEMOS
ARCAR COM TODAS
AS DESPESAS**

99

Mário Sérgio Nunes,
subsecretário de Atenção
à Saúde do DF

Anápolis", conta a mulher. "Não tenho carro, tenho trombose nas pernas e não conheço nada em Anápolis. Mesmo se tivesse condições de ir, não chegaria a tempo na consulta. Hoje (ontem) não me ligaram."

Para a Secretaria de Saúde, a liminar foi cumprida. O Hospital de Anápolis é parte da rede conveniada de saúde. Um acordo garante o tratamento dos pacientes brasilienses na cidade goiana sem custos para o GDF. Mas não é esse o entendimento do deputado distrital Chico Vigilante (PT), que pediu a prisão preventiva do secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, e do diretor do HBDF, Aluísio Toscano, por descumprimento da liminar. O pedido foi negado ontem pelo desembarga-

dor Getúlio Pinheiro, mas rerepresentado em seguida.

"O desembargador pediu para aguardarmos o cumprimento da liminar, sem analisar o pedido de prisão. Mas o prazo está vencido desde sexta-feira. É preciso cumprir a pena por descumprimento, que é a prisão dos responsáveis", pondera o advogado Claudismar Zupirolli.

Novo aparelho

O subsecretário de Atenção à Saúde do DF, Mário Sérgio Nunes, informa que o aparelho de radioterapia do HBDF já foi comprado, mas pode levar até 60 dias para entrar em funcionamento. "A empresa se comprometeu a instalá-lo em 90 dias e a equipe do hospital a zerar a fila de espera em três meses", ressalta Nunes.

Na quarta-feira passada, a Justiça também concedeu liminar para uma paciente em coma. O juiz Carlos Frederico Maroja determinou que Dulce Leonor Rego Cavalcante fosse transferida da UTI do Hospital do Gama para o HBDF. A direção do hospital disse ter desalojado outro paciente para receber Dulce. "Temos 28 leitos em UTI. Precisamos de 70 para atender toda a demanda", informa o vice-diretor do HBDF, José Carlos Quinaglia.

Com as decisões judiciais, a Secretaria de Saúde teme uma avalanche de liminares. "A Justiça está sendo sensível e vamos cumprir sua decisão. Mas não podemos arcar com todas as despesas. A rede particular não aceita a tabela do SUS (Sistema Único de Saúde)", observa Mário Sérgio Nunes.

Adauto Cruz



BRASILINA: GDF OFERECEU PASSAGEM DE ÔNIBUS PARA CONSULTA EM ANÁPOLIS